



Município de Americana
Alameda Rio Claro, 241 - Buriti - Jd. Santa Helena - CEP 13.120-010 - São Paulo - SP - www.fja.sp.br

EDITAL Nº 1/2020 - AMER-01V

Dispõe sobre o regimento para a seleção de projetos que visem à aquisição de materiais, equipamentos, insumos de saúde ou custos de ações necessárias ao combate à pandemia de Covid-19, realizadas com recursos oriundos de para de prevenção, pecuniária, transação penal, suspensão condicional do processo ou acordos de não persecução penal.

A 1ª Vara Federal de Americana por seu juiz federal Titular, Dr. Flávio Eduardo Petrápolis e por seu juiz federal Substituto, Dr. Flávio Vitorino de Paula Caribido, torna público o presente edital para seleção de projetos destinados à aquisição de materiais, equipamentos ou insumos de saúde a serem utilizados pelos profissionais da saúde ou para custos de ações necessárias ao combate à pandemia de Covid-19.

1. ORIGEM DOS RECURSOS E FUNDAMENTO

Os recursos financeiros são provenientes do pagamento da prestação pecuniária fixada em cada criminal e depositados em conta judicial vinculada à unidade gestora 1ª Vara Federal de Americana.

Sua destinação dar-se-á de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e em conformidade com a Portaria Conjunta PRECOPJ nº 4, de 12 de março de 2020, com a Resolução CGJ nº 121, de 10 de março de 2020, com o Manual de Procedimentos nº 250-0-01/2019-CF, de 04 de junho de 2014, e o Manual de Procedimentos para utilização dos Recursos Orçamentos da Parte de Proteção Pecuniária, aprovada pela Diretoria da Força de Suporte Judiciária de São Paulo no Processo SEI nº 0051739-90.2017-4.03.0007.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os requerimentos de destinação de valores deverão ser formalizados por meio de e-mail para a unidade gestora, contendo informações sobre os materiais e equipamentos que se pretende adquirir, a forma e o uso para o combate à pandemia, além da previsão dos recursos necessários.

Dos impedimentos:

- exclusão arbitrária e subjetiva dos beneficiários;
- concentração de recursos em uma única entidade;
- uso dos recursos para promoção pessoal de magistrados ou integrantes das entidades beneficiadas e, no caso destas, para pagamento de quaisquer espécies de remuneração aos seus membros;
- uso dos recursos para fins político-partidários;
- destinação dos recursos a entidades que não estejam regularmente constituídas;
- uso dos recursos para despesas de custeio, tais como aluguel, salário, telefonia e tributos.

Os soma dos valores totais dos projetos selecionados não poderá ultrapassar o valor disponível na conta vinculada à unidade gestora. Para eventualidade da ocorrência desta hipótese, caberá ao magistrado decidir sobre eventual risco entre os interessados.

Caso nenhum projeto atenda às exigências deste edital, o valor será mantido em conta única para destinação em novo edital de seleção de projetos.

3. DO OBJETO E DAS ENTIDADES QUE PODERÃO APRESENTAR

Podem ser subscritores projetos apresentados por entidades ou órgãos públicos com atuação na política pública de saúde, em serviços de saúde, mídia ou alta complexidade ou entidades privadas que tenham finalidade social e sem fins lucrativos.

OBJETO	VALOR máximo
Aquisição de equipamentos, kits para testes, materiais de proteção e outros insumos para utilização pelos profissionais de saúde, para atuação em unidades básicas de saúde, hospitais, hospitais de campanha, laboratórios, centros de triagem, custos de ações necessárias à prevenção, monitoramento, vigilância ou combate à pandemia de Covid-19.	R\$ 51.270,31 (cinquenta e um mil, duzentos e setenta reais e trinta e um centavos)

4. PRAZO E CONDIÇÕES PARA ENVIO DOS REQUERIMENTOS

Os requerimentos, acompanhados dos documentos abaixo indicados, deverão ser encaminhados, no período de 07 de abril de 2020 até às 23h59min de 22/04/2020, exclusivamente para o e-mail AMERJC-SEI003AA01gpf3.jus.br em arquivo no formato pdf com tamanho inferior a 20 MB.

Relação de documentos:

- Instrumentos normativos de criação da entidade, estatuto ou contrato social e ata de nomeação do responsável;
- RG e número de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) e cópia da identidade e CPF do representante;
- certidão de regularidade fornecida pela Secretaria da Receita Federal, bem como pela Fazenda Estadual e Municipal;
- certidão de regularidade fornecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT;
- declaração expressa do proponente, sob o pena do art. 299 do Código Penal, de que a entidade não se encontra em mora nem em débito com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta;
- descrição dos bens a serem adquiridos e os valores necessários.

Parágrafo 1º - A exigência da apresentação das certidões de regularidade fiscal não se aplica aos pedidos formulados por Municípios, Estados ou União, no prazo de duração da pandemia.

Parágrafo 2º - Para as entidades privadas, ainda será necessária a apresentação de declaração da autoridade máxima da instituição informando que nenhuma das pessoas de sua diretoria e agente político de Poder ou do Ministério Público tem, quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, em qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, qualquer das informações constantes em a unidade gestora poderá ser dispensadas da apresentação de documentos já entregues, desde que ainda válidos.

Contar-se-á o prazo iniciando-se no primeiro dia útil posterior à publicação do edital e incluindo-se o dia do término.

Os projetos deverão ser acompanhados da relação e descrição dos bens solicitados, quantidade e especificações, acompanhado da descrição do montante dos recursos necessários.

Cabrá ao órgão/unidade proponente certificar-se do recebimento do e-mail pela entidade gestora.

Podrá ser determinada diligência para suprir a ausência ou irregularidade na documentação encaminhada, com prazo de até 5 (cinco) dias para cumprimento, sob pena de arquivamento do pedido.

É de inteira responsabilidade da entidade e seu responsável a veracidade das informações prestadas no formulário de inscrição, declarações e conteúdo dos documentos apresentados.

Esta unidade gestora exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, imatas ou incompletas fornecidas pela instituição.

5. DA SELEÇÃO DOS PROJETOS

Recebida a solicitação, a unidade gestora fará a conferência da documentação e o magistrado, ouvido o Ministério Público Federal, deverá decidir em até 15 (quinze) dias.

6. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

A relação das entidades e projetos selecionados será publicada no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região e divulgada no página da internet da Justiça Federal de 1ª Grau em São Paulo, na data prevista de 08/05/2020.

Podrá ser interposto recurso, no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do resultado, dirigido à 1ª Vara Federal de Americana, no endereço eletrônico AMERJC-SEI003AA01gpf3.jus.br.

A decisão final será publicada no mesmo veículo.

7. ASSINATURA DO TERMO DE DESTINAÇÃO DOS VALORES

Será formalizada a destinação dos recursos por meio do Termo de Destinação de Valores que conterá: a) a especificação de entidade beneficiada; b) o montante dos recursos recebidos; c) a finalidade da destinação; e d) o prazo para a prestação de contas.

A 1ª Vara Federal de Americana expedirá alvará de levantamento em nome da entidade (ou poderá fazê-lo por meio de transferência bancária) e o valor será repassado em parcela única.

Após a transferência dos recursos, o magistrado deverá certificar o Ministério Público e os Tribunais de Contas do Estado de São Paulo ou do Mato Grosso do Sul e o Tribunal de Contas da União, conforme a entidade contemplada.

8. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A 1ª Vara Federal de Americana acompanhará a execução dos projetos selecionados, inclusive diligenciando para que haja regular e tempestiva prestação de contas.

A entidade deverá prestar contas da aquisição de bens e materiais ou de custos das ações propostas, nos termos do edital, no prazo de 90 (noventa) dias após o repasse dos valores, enviando notas fiscais, facturas, termos de recebimento e demais documentos que comprovem a utilização na finalidade de combate ao Covid-19.

Diante de circunstâncias específicas de restrição conhecimento ou motivação pela entidade contemplada, poderá ser prorrogado o prazo, a critério do juiz.

Havendo saldo credor não utilizado no objeto do convênio, a instituição deverá efetuar a devolução, na forma e prazo constantes do termo de destinação de valores, comprovando-o no momento de prestar contas.

A prestação de contas será submetida à homologação judicial, após parecer do Ministério Público, devendo posteriormente ser publicada no Diário Eletrônico da 3ª Região.

A 1ª Vara Federal de Americana dará ciência à entidade da aprovação ou rejeição das contas e publicará o decisão no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 3ª Região, no cabimento de publicações administrativas.

A não prestação de contas por parte da instituição beneficiária implicará na impossibilidade de inscrição da entidade em editais da mesma natureza publicados pela unidade gestora, pelo prazo de 5 (cinco) anos, e no encerramento para outras medidas administrativas e judiciais cabíveis.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A 1ª Vara Federal de Americana procederá à divulgação das destinações de recursos, com indicação das entidades beneficiadas e dos bens adquiridos, tanto ao público em geral quanto aos próprios assessorados e não, por meio da sua página na rede mundial de computadores www.fja.sp.br e em seu próprio endereço de funcionamento.

Para fins de controle social, a entidade conveniada deverá dar transparência ao público, por meio de cartaz ou placa afixada na instituição ou em suas redes sociais, contendo que o projeto selecionado conta com recursos da Justiça Federal.

Eventuais esclarecimentos sobre os termos deste edital poderão ser obtidos pelo endereço eletrônico AMERJC-SEI003AA01gpf3.jus.br.

As ocorrências não previstas neste edital serão apreciadas pelo juiz Federal responsável, no prazo de 5 (cinco) dias.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Nome da Instituição									
Endereço									
Bairro									
Município									
CEP									
Telefone									
E-mail									
Atividades desenvolvidas									
CNPJ									
Data da última eleição de diretoria									
Assistência Social									
Educação									
Saúde									
Esporte e Cultura									
Outro:									
Representante legal									
CPF									
RG									
Nome do projeto apresentado									
Objetivo geral do projeto									
Valor total do projeto									
Prazo de execução									
Banco para depósito									
Agência									
Conta									
Americana, de de 2020.									
Assinatura e carimbo do representante legal.									

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, no ato representada por _____ (nome, cargo e qualificação) _____, portador(a) do RG nº _____, DECLARA, sob as penas do artigo 299 Código Penal

Brasileiro, que a instituição não se encontra em mora nem em débito com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

Por ser a mais legítima verdade, firmo a presente declaração.

Americana, _____

Nome / Assinatura / Cargo: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, cargo e qualificação _____, inscrito no CPF nº _____, portador(a) do RG nº _____, declara, para fins do Instrumento de Ajuda com a 1ª Vaza Federal de Americana, que nenhum dos componentes da sua Diretoria é agente político de poder ou da Ministério Público, tendo quebra de ligação ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como pai/mãe em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Americana, _____

Nome / Assinatura / Cargo: _____

ANEXO IV

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

Eu, _____, (nome, cargo e qualificação) _____, inscrito no CPF nº _____, na qualidade de representante legal da instituição _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, assumo a responsabilidade pela adequada destinação e aplicação dos recursos adquiridos em decorrência do Instrumento de Ajuda nº _____, firmado, no projeto denominado _____, apresentado a essa Juiz Federal de acordo com as regras constantes no Edital nº _____.

Por conseguinte me comprometo a apresentar prestação de contas, da forma mais completa possível dos valores recebidos e utilizados, sempre que determinado por essa Juiz, com base em notas fiscais, notas fiscais, recibos, fotografias e outros documentos que demonstrem a aplicação adequada dos valores, sob pena de apuração de responsabilidade, ficando assegurada a publicidade e transparência na destinação de recursos.


Americana, _____


Nome / Assinatura / Cargo: _____


Eu, Alexandre Vieira de Moraes, Diretor de Secretaria - RF 5320 digitei e confeti.

Fletcher Eduardo Penteado
Juiz Federal Titular

Philippe Vicente de Paula Cardoso,
Juiz Federal Substituto

 Documento assinado eletronicamente por **Philippe Vicente de Paula Cardoso, Juiz Federal Substituto**, em 07/04/2020, às 14:13, conforme art. 1º, II, "b", da Lei 11.419/2006.

 Documento assinado eletronicamente por **Fletcher Eduardo Penteado, Juiz Federal**, em 07/04/2020, às 14:21, conforme art. 1º, II, "b", da Lei 11.419/2006.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://lrel.trf3.ju.br/web/controlador_documento.php?exam=documento_confirmar_exam_extramo=0 informando o código verificador **5651967** e o código CRC **460303128**.